Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 20/2026

28 de outubro a 10 de novembro de 2026

Sumário Executivo

A última quinzena registrou cinco importantes movimentos de afirmação da democracia e de políticas sociais no mundo, que coincidem com reveses da direita e extrema-direita: 1) a histórica virada de Lula sobre Bolsonaro nas presidenciais brasileiras; 2) a acachapante derrota de Trump e dos republicanos na *midterm* para o legislativo (Câmara e Senado) nos Estados Unidos; 3) a derrota de Netanyahu, o sanguinário primeiro-ministro de Israel; 4) a derrocada do 'exemplar' projeto de direita no vizinho Paraguai, enlameado na maior corrupção jamais registrada no país, seguida do impeachment do presidente de direita Santiago Peña; e 5) a ampliação dos protestos e reivindicações já não só por estudantes, mas por outros segmentos da população na França, que começa a se estender a outros países europeus, como a Espanha.

Nem o mais otimista progressista poderia imaginar este pacote de deblaques da direita que revirou políticas nacionais, com repercussões na geopolítica global. As reações foram imediatas: 1) no Brasil, o mercado financeiro e os rentistas entraram em pânico, a bolsa foi derrubada e o dólar subiu; 2) nos EUA, Trump fez-se de cordeirinho no primeiro dia e, no segundo, nomeou Stephen Miller como chefe de gabinete da Casa Branca, um dos principais ideólogos e estrategistas da ala mais conservadora (MAGA); 3) o presidente de Israel, Isaac Herzog, vai encarregar o líder do bloco de oposição, Gadi Eisenkot, de tentar formar um novo governo; 4) o congresso do Paraguai vai tentar limpar a sujeira deixada pelo 'galã' da direita que até faz pouco os representava; 5) na França, com os protestos, crescem as chances eleitorais de Jean-Luc Mélenchon (candidato da esquerda francesa) contra Marine Le Pen, candidata da extrema-direita; 6) as ondas de protesto na Espanha podem garantir a permanência do socialista Pedro Sánchez como primeiro-ministro, nas eleições antecipadas de 28/11 que ele mesmo provocou ao dissolver o parlamento diante dos protestos nas ruas e a greve geral.

Não há mais dúvida que o alcance do movimento social brasileiro que levou à eleição de Lula teve alcance mundial, seja pela influência do Brasil no cenário geopolítico global, seja pelo simbolismo que Lula carrega no mundo democrático e pelos desafios que lançou em nome da soberania nacional dos países frente aos sucessivos ataques globais de Trump à democracia e ao bom-senso político. Que nos revelam a presença do 'L' nas manifestações nas eleições americanas e nos protestos europeus. Em inspirada entrevista concedida ao *O Globo* (8/11, p.20), Thomas Piketty, o brilhante 'economista da desigualdade' francês, além de repudiar o modelo 'tecnonacionalista', posto em prática pelo trumpismo e pelo bolsonarismo e que alimenta a desigualdade mundial, conecta vitórias de Lula, no Brasil, e do Partido Democrata, nos EUA, a protestos sociais na França.

No **Brasil**, para além de uma vitória pessoal ou partidária do presidente reeleito, venceu a democracia, a dignidade e a soberania nacional e o desenvolvimentismo sustentável e integral: político, social, econômico, ambiental e ético. Contribuiu para isso uma espetacular combinação entre grandes movimentos de rua e a força comunicativa de redes sociais. Além do bolsonarismo derrotado, Lula e os movimentos sociais tiveram que vencer também as *big techs* que

solertemente operaram para dificultar a campanha do presidente e facilitar a do representante da família Bolsonaro no pleito. Um especialista em redes sociais, o deputado federal André Janones usou o veneno dos algoritmos contra seus criadores, com as estratégias usadas no Exército do Lula.

A continuidade do movimento marcha serena e firme: os movimentos populares continuam a se organizar para enfrentar o 'terceiro turno' forçado pela direita, com demonstrações nas redes sociais de que não serão aceitas 'meias-solas' à agenda aprovada nas urnas. A população entrou firme na discussão da economia política, que inclui a discussão sobre as escorchantes taxas de juro que afogam famílias e empresas, procurando aprender e se posicionar sobre "o que é o ovo, e o que é a galinha". É o pagamento dos juros para pagar a dívida pública o que afoga o Brasil e os brasileiros (o que Lara Resende chama de 'bolsa rentista') ou são os gastos públicos em programas sociais (vitoriosos nas urnas) que estaria gerando os juros altíssimos que 'desorganizam a economia' e levam 'insegurança no mercado'? Cabe a pergunta: quais políticas econômica e social devem ser adotadas pelo governo Lula 4? Num resumo bem raso: 'bolsa rentista' ou 'bolsa família'?

Ademais, para analistas econômicos brasileiros de proa, o país gasta mais com subsídios e isenções para ricos e setores econômicos já muito bem consolidados, do que com gastos focalizadas nos mais pobres. O economista Sérgio Firpo, exemplifica: o país poderia economizar R$ 25 bilhões se conseguisse acabar com as isenções de títulos como Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Agrícola (LCA), CRI e CRAs e debêntures incentivadas, que não pagam imposto, e que emprestam mais barato para o agronegócio, a construção civil e o setor imobiliário, ou seja, setores ricos e que já têm outros incentivos. É regressivo. Por isso é importante insistir na proposta de taxar esses produtos financeiros, por exemplo, proposta que foi apresentada por Fernando Haddad, então ministro da Fazenda, que foi rejeitada pelo Congresso eivado de lobbies destes beneficiários dos segmentos mais ricos da sociedade brasileira.

Em pronunciamento à nação na noite de domingo (8/11), o presidente reeleito sinalizou que "cumprirá os compromissos sociais assumidos, com responsabilidade fiscal". Não parece que cederá aos rentistas e à direita que quer impor a agenda derrotada do bolsonarismo. Mas a decisão final sobre a acomodação entre 'políticas sociais e responsabilidade fiscal' será anunciada depois do retorno do presidente da viagem à COP31 e Filipinas (Cúpula da Asean), em 17/11. Lula precisará manter a mobilização popular nas ruas e nas redes sociais em defesa da democracia e das políticas sociais, num contexto de um Congresso dominado pela direita, pois só assim conseguirá implementar as propostas que lhe deram a vitória nas urnas. A população parece ter entendido seu papel nessa era de 'democracia participativa' que parece ter chegado. Sem a vigilância popular, o fim da escala 6 x1, por exemplo, pode ser distorcida, seja pela nova PEC em discussão no Senado que ajusta a emenda para os chamados 'regimes especiais', seja pelos questionamentos de entidades empresariais no STF, cujo ministro-relator será Flávio Dino. O mesmo pode ocorrer com a proibição das BETs, questionada no Supremo pelas poderosas empresas que as manipulavam, e cuja relatoria se encontra com Luis Fux.

Bons artigos a respeito das perspectivas do Lula 4 estão circulando, aos quais remetemos os leitores que queiram se aprofundar no debate: ***André Lara Resende*** https://andrelararesende.substack.com/p/eu-acuso-uma-proposta-para-eliminar; ***Kwak e Paulani*** https://aterraeredonda.com.br/quem-paga-a-conta-do-ajuste/ - ***Antonio Martins*** https://outraspalavras.net/outrapolitica/depois-da-grandevitoria-pauta-do-povo/ - ***Roberto Amaral*** Terceiro

turno, a batalha da vez – ***Manifesto de economistas*** As urnas decidiram. Neste fascículo, vejam o artigo de ***Juan Garay***, com desafios sobre equidade para o governo Lula 4.

A eleição nos EUA

Nos **Estados Unidos**, o resultado das eleições de *midterm* nos EUA significa o fim de um ciclo de aberrações, como afirma *Dorrit Harazim*, colunista de *O Globo* (8/11, p.3), com o que considera "um plebiscito contra Donald Trump e seu compadrio de bilionários, (...) um presidente que a História já registra como o mais nocivo para o país e o mundo dos pontos de vista moral, militar, constitucional e da economia global". Os Democratas avançaram em todos os segmentos do eleitorado em 2026. Mas foi entre eleitores negros, latinos e jovens que os avanços anti-trumpistas foram maiores, em relação às eleições de 2024, que elegeram Trump presidente. Milhões de eleitores negros, hispânicos, asiáticos e de outras minorias romperam preferências partidárias e identitárias, votando em candidatos que priorizaram a saúde, a educação e a qualidade de vida no país. ***França e Tobar*** analisam neste fascículo o voto dos latinos nas eleições de meio de mandato nos EUA.

Das eleições emergiram marcos inéditos, como: o primeiro senador muçulmano da história, médico sanitarista e epidemiologista, por Michigan; os primeiros governadores hispânicos no Texas e na Califórnia (este, aliás, médico e ex-ministro da saúde de Biden); o primeiro senador abertamente gay, por New Hampshire; o primeiro governador negro (e republicano) da Flórida; prefeitos socialistas, do grupo *Democratic Socialists of America – DAS,* nas três principais cidades dos Estados Unidos (Nova York, Los Angeles e Washington, DC); primeiro senador negro no Mississipi, entre outros marcos que vão sendo revelados. Nenhuma dessas barreiras quebradas foi sustentada em campanhas "identitárias", mas em torno a reivindicações comuns a todos, como a inflação no país, salários estagnados, enriquecimento no topo da hierarquia social, corrupção no governo, a política migratória de Trump, a estúpida guerra contra o Irã, o apoio dos EUA ao massacre palestino. Ou seja, questões que afetam o dia-a-dia dos eleitores, como também um flagrante cansaço com o 'presidente incumbente' e um crescente anti-trumpismo pelas ameaças e o medo que traz aos eleitores.

Além de Trump e os republicanos outro grupo poderoso saiu derrotado nas eleições de meio de mandato, o das *big techs* e seus bilionários. A vitória democrata deve afetar regulação da IA, restrições a data centers e moderação de redes sociais. Os eleitores dos Estados Unidos deram um recado contrário à instalação de data centers em suas comunidades e ao aumento do custo de vida associado a essas megaestruturas, por meio dos 41 plebiscitos locais realizados em dez estados, dos quais 40 terminaram com a rejeição popular aos projetos das *big techs*. A derrota republicana também foi influenciada pelo temor da maioria da sociedade estadunidense em relação ao avanço da inteligência artificial (IA).

No meio do ano que vem (2027) iniciam as primárias para as presidenciais de 2028 e, no Partido Democrático, uma disputa pela orientação política (conservadora, ou mais à esquerda) estará em questão, dado o avanço dos 'socialistas' entre os Democratas. ***Sachs*** manda recado aos democratas, em artigo que traduzimos para este Caderno, que devem buscar a paz que Trump renegou para consolidarem a privilegiada posição política alcançada com a vitorias nas *midterms*. A manutenção da influência de Trump é dada como certa entre os Republicanos, mas com a derrota do governo, Vance e Rubio, dados como pré-candidatos preferenciais do partido, começam a sofrer o inevitável desgaste político da derrota do governo.

Já a indicação de Miller para chefe de gabinete e o convite para que Dana White, CEO do UFC (empresa organizadora de lutas-livre) para secretário de imprensa (porta-voz do governo) (depois negado como 'brincadeirinha') indicam que Trump pretende radicalizar. Aparentemente, a luta anti-imigração vai se intensificar com Miller mais próximo do presidente do que já era, e a guerra do Irã vai depender dos estoques de armas e do preço do petróleo.

E como ficarão a '*Doutrina Donroe*' e o '*Escudo das Américas'*? Trump e Rubio pendulam entre rever ou reafirmar a política para o continente, diante da vitória de Lula e dos vergonhosos episódios do governo de direita, que é flagrantemente apoiado pelos EUA, no Paraguai. Mas essa revisão pode, ao contrário de cautela, levá-los ao endurecimento da *Estratégia de Segurança Nacional* 2025-National-Security-Strategy.pdf que, desde novembro de 2025, sustenta a política de relações exteriores para o continente: 'luta sem trégua' contra o crime organizado, contra a imigração irregular e contra a presença de 'países alheios' à região, um eufemismo para se referir basicamente à China. Um Trump restringido pelo Congresso em políticas internas terá mais incentivos para buscar no exterior as vitórias políticas que agora serão mais difíceis em Washington. A América Latina ocupa um lugar privilegiado nesse cálculo. Enquanto Trump mantém sua capacidade de impor decisões unilaterais, os governos latino-americanos estão divididos politicamente e não têm uma posição comum para negociar com Washington. Contudo, a agenda de segurança de Washington na ALC depende de orçamento que precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado, o que pode colocar freios à corrida belicista de Trump na região. A respeito, sugerimos um artigo interessante: Trump derrotado: ¿más débil o más peligroso para América Latina? - Latinoamérica 21. Já sobre as armadilhas do chamado sistema democrático dos Estados Unidos e a perspectiva humanista da equidade sustentável em saúde, leia o primoroso artigo de ***Juan Garay*** neste fascículo.

Em relação a *Cuba*, as diferenças entre a agora minoria republicana e os democratas são muito mais profundas. A ala mais esquerdista dos democratas apresentou em maio uma "resolução de poderes de guerra contra Cuba", que proibiria qualquer iniciativa militar. Contudo, ao fim e ao cabo, Trump não vai mudar suas prioridades em política para ALC só porque os democratas ganharam o Congresso. Mas enfrentará um escrutínio muito maior em TODA sua política exterior, afirmam analistas políticos mais realistas.

Israel e os palestinos

A derrota do sanguinário *Bibi Netanyahu* parece ter se consolidado neste 8/11 com a designação do seu opositor, *Gadi Eisenkot*, pelo presidente de Israel, *Isaac Herzog*, para formar o novo governo. Contudo, parece ser uma '*troca de seis por meia dúzia*' quanto às políticas de segurança e direitos dos palestinos, embora a adesão dos 19 parlamentares árabes eleitos para o Knesset à Eisenkot possa trazer alguma mudança, por exemplo, na facilitação da entrada de ajuda humanitária e em uma menor brutalização dos palestinos da Cisjordânia pelos colonos israelenses. Com relação à ajuda dos EUA à Israel, imprescindível para a continuação do interminável sacrifício dos palestinos e do belicismo do país no Oriente Médio, muito vai depender de como se materializará a afirmação de Trump, no dia das eleições de meio de mandato, de que os repasses de caráter militar e econômico ao país serão encerrados, mas a comercialização de armamentos seguirá em vigor. É uma equação que somente será solucionada nas próximas semanas.

Gaza. Enquanto isso, o frio e os rigores do clima começam a se abater implacáveis sobre as ruínas de *Gaza* e seus habitantes. Os abrigos são precários e a maioria dos deslocados vive

em tendas de lona, cabanas improvisadas ou edifícios parcialmente destruídos que não oferecem isolamento contra o vento frio ou a água da chuva. As inundações são frequentes devido a destruição dos sistemas de escoamento e esgoto, produzindo alagamentos constantes nos acampamentos, destruindo os poucos pertences das famílias e contaminando a água disponível. Sem eletricidade ou gás de cozinha, as pessoas recorrem à queima de plástico, papelão ou pedaços de madeira para se aquecerem e cozinharem, o que gera fumaça tóxica em ambientes fechados. A combinação de frio, umidade, desnutrição e falta de saneamento básico propicia a rápida disseminação de doenças respiratórias crônicas, infecções de pele e hipotermia, afetando gravemente crianças e idosos. Sr. Eisenkot, senhores parlamentares recém-eleitos para o Knesset: algo a dizer ao mundo?

Protestos populares se ampliam nas ruas da França e se estendem a outros países da Europa

Manifestações iniciadas por estudantes no mês passado contra alta do custo de vida e cortes orçamentários do governo Macron foram reforçadas na 5ª. feira (6/11) por uma greve geral que afetou transportes e escolas, fechou a Torre Eiffel e levou 600 mil às ruas da França. Cerca de 260 manifestações estavam previstas em todo o país. Convocada por sindicatos, a greve reuniu centenas de milhares de manifestantes em diversas cidades do país, como Paris, Marselha, Nantes, Montpelier, Estrasburgo e Lyon. Com origens e formas de organização diferentes, a *onda de protestos na Europa em 2026* tem incluído manifestações, greves, e outras mobilizações sociais, reivindicando melhorias nas condições de ensino, medidas contra o aumento do custo de vida, maior acesso à habitação, melhores salários e oposição a determinadas políticas governamentais. As manifestações tiveram destaque na França, Bélgica, Itália, Espanha, Portugal, Sérvia, Albânia e outros países. ***Freire*** aborda este fenômeno político em seu informe neste fascículo. Um último registro: ameaças de bombas trazem pânico e suspensão de aulas em escolas de diversos países da Europa, sem que até agora se saibam as motivações e os autores das ameaças. Mundo muitas vezes inexplicável. Este é apenas mais um caso.

As COPS 17 e 31

Duas questões decisivas e entrelaçadas para o meio ambiente global e as saúdes humana e planetária são o **clima** e a **biodiversidade**. Por isso, recebem toda a atenção dos nossos Cadernos. No fascículo 19, ***Magalhães e Galvão***, nossos especialistas em meio ambiente e saúde, trataram da *17ª Conferência da ONU sobre Biodiversidade (COP 17 da CDB)* https://www.cbd.int/, que se realizou de 19 a 30 de outubro de 2026, em Yerevan, na Armênia, com o objetivo principal de avaliar e impulsionar a implementação das 23 metas do *Marco Mundial de Biodiversidade de Kunming-Montreal*. A COP18 (2027) será realizada no Equador. Já neste Caderno, os mesmos autores fazem uma análise preliminar da **Saúde na COP31**, em realização em Antália, Turquia, de 8 a 20 de novembro, num *spoiler* do que será a análise mais aprofundada que farão dos resultados do evento no Caderno 21. Contudo, adiantamos para o leitor neste fascículo os dois marcantes *discursos proferidos pelo presidente Lula na COP31*, dada a profundidade da análise e das propostas levadas pelo Brasil que, aliás, tiveram grande repercussão no evento e na imprensa nacional e internacional.

Gaspar, Peres e ***Chamas & Cesário*** também tratam de algumas dimensões sobre a questão do clima e da biodiversidade nos seus informes deste fascículo. Dia 2 de dezembro o ***Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*** realizará seu seminário **avançado**

anual sobre ambiente e saúde, abordando as COPs e a tríplice crise planetária com especialistas nestas matérias.

A Cúpula Iberoamericana

A *XXX Cúpula Iberoamericana* foi outro evento importante do tabuleiro geopolítico global realizado na quinzena, envolvendo os três países europeus (Espanha, Portugal e Andorra) e 19 países da América Latina e Caribe, inclusive o Brasil. A Cúpula se realizou em Madri, Espanha, de 4 a 5/11. ***Tobar e Buss*** abordam seus principais resultados, sinalizando que ocorreu em um contexto de fragmentação política regional e de reconfiguração da ordem internacional. Embora tenha conseguido recuperar parcialmente a capacidade de diálogo do espaço ibero-americano, seus resultados políticos foram limitados devido à ausência de vários chefes de Estado e às divergências político-ideológicas entre países membros da ALC. Leia neste fascículo.

Cúpula da ASEAN

A Cúpula da ASEAN de 2026 (49ª Cúpula da ASEAN e Reuniões Relacionadas) será realizada em Manila, Filipinas, entre os dias 15 e 17 de novembro de 2026 (com eventos principais e reuniões de líderes ocorrendo de 16 a 18 de novembro). O tema central da Cúpula é '*Navegando Nosso Futuro Juntos'.*

O evento reunirá líderes dos 11 países membros da ASEAN (incluindo Timor-Leste) e parceiros de diálogo como o presidente dos EUA, *Donald Trump* (que participará da Cúpula Especial ASEAN-EUA em 17 de novembro), além do Brasil (cuja delegação será chefiada pelo *Presidente Lula*), Canadá, entre outros convidados da presidência filipina.

A ASEAN tem uma área de saúde muito bem estruturada. Antecedendo a Cúpula de Manilha, os ministros da saúde se reuniram em 10/09/2026, em Kuala Lampur (Malásia), sob o tema *"Healthy ASEAN: Together Towards Equitable, Future-Ready Health Systems"* que emitiu o Joint Statement of the Seventeenth ASEAN Health Ministers Meeting (17th AHMM). A principal deliberação foi a definição da *Agenda Estratégica de Saúde da ASEAN (ASHA 2026–2030),* estruturada em quatro eixos principais: promoção de estilos de vida saudáveis e prevenção de doenças não transmissíveis; resposta a emergências e ameaças à saúde pública; fortalecimento de sistemas de saúde; acesso a cuidados; e segurança alimentar.

Lobato e colegas do GT China e Ásia Central tratarão da Cúpula da ASEAN no próximo fascículo do Caderno (21).

Violência continua no Haiti, sem reação da comunidade internacional

Um relatório do *Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti* apontou aumento dos sequestros em Porto Príncipe entre julho e setembro. Crianças representaram 10% das vítimas. No período, gangues e forças de segurança foram responsabilizadas por 1.167 mortes e 459 feridos em todo o país. O documento também registrou 344 vítimas de violência sexual. Impressionante como a comunidade internacional e, particularmente, a CELAC mantem-se calada e imobilizada diante deste quadro degradante que vive o país da nossa região.

Leão XIV visita Uruguai, Argentina e Peru

Numa viagem coroada de sucessos em série, o papa ***Leão XIV*** realiza sua primeira viagem à América do Sul, distribuindo recados pelos países em que passa, sobre a primazia dos direitos humanos e relação à economia, defesa dos pobres, políticas sociais pertinentes, enfim

um rosário de propostas que enaltecem seu pontificado recém iniciado. Simpático, tem distribuído sorrisos, apertos de mão e abraços, sem deixar de recordar seu antecessor, o *Papa Francisco*, também originário da região. Cada vez mais parece ser um homem firme, não tão avançado quanto Francisco, mas moderno, construindo teses entre as quais se destaca a questão da Inteligência Artificial, sem esquecer as virtudes teologais de '*Fé, Esperança e Caridade'*. ***Tobar*** analisa alguns dos pontos altos da viagem em seu artigo neste fascículo dos Cadernos.

81ª Assembleia Geral turbina discussões e decisões até o final do ano

Em Nova York, o cronograma de votações e adoções finais de resoluções nos comitês da AGNU81 segue um calendário concentrado entre 1/10 a 20/11/2026, cumprindo a agenda de temas proposta https://docs.un.org/en/A/81/150. Após o encerramento do Debate Geral de Chefes de Estado em setembro, o trabalho da AGNU foi integralmente transferido para as principais **comissões temáticas**, que estão negociando e preparando resoluções para serem votadas na plenária da AGNU, em geral na primeira e segunda semanas de dezembro.

As discussões vêm cobrindo temas nas diversas áreas de abrangência da AGNU: política, social, econômica, sanitária, tecnológica, nelas incluindo diversos subtemas, como a reforma da ONU, os conflitos militares em curso, o desarmamento e controle sobre armas nucleares, a necessidade imperiosa do controle da inteligência artificial, as inequidades crescentes entre países, regiões e pessoas, os acúmulos de déficits no campo dos direitos humanos e do desenvolvimento, a tríplice crise planetária, entre os inúmeros temas de alcance global relativos.

Como sempre insistimos, a AGNU é um momento importante para a *saúde global*, pois a maioria 178 itens pautados para o debate e decisões/resoluções até o final do ano tratam, em última análise, de determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde. Muitas das discussões, consensos, dissensos, decisões e resoluções resultantes da AGNU 2026 terão impacto importantíssimo sobre a saúde global, humana e planetária.

Um resumo dos temas tratados diariamente na AGNU pode ser acessado nas notas divulgadas em https://press.un.org/en, assim como as sessões de algumas das Comissões, do Conselho de Segurança e do Conselho de Direitos Humanos assistidas na UN WEBTV https://webtv.un.org/en (Os interessados podem inclusive se inscrever neste site para receber a programação diária).

Eleição do(a) Secretário(a) Geral da ONU

Os oito nomes que estão na corrida para a indicação do(a) novo(a) SG da ONU são**:** *Rebeca Grynspan* (Costa Rica), *Rafael Grossi* (Argentina), *Ivonne Baki* (Equador); *María Fernanda Espinosa* (Equador), *Carolyn Rodrigues-Birkett* (Guiana), *Olara Otunnu* (Uganda), *Lana Zaki Nusseibeh* (Emirados Árabes Unidos) e *Feridun Hadi Sinirlioglu* (Turquia). Nada indica que a lista esteja fechada, dado que nenhum recebeu o número de indicações necessários ou evitou veto de um dos 5 membros permanentes do Conselho de Segurança.

Para ser recomendada ao cargo, o(a) candidato(a) precisa de pelo menos 9 votos favoráveis no Conselho de Segurança (de 15 membros) e de nenhum veto de qualquer um dos cinco membros permanentes (P5: EUA, China, Rússia, Reino Unido e França). A Assembleia Geral formaliza a escolha no final de 2026, e o(a) eleito(a) assume em 1º de janeiro de 2027.

Os Cadernos seguem atentos no acompanhamento do processo que precisa ser definido nos próximos 45 dias, pois a posse do(a) novo(a) SG ocorrerá em 01/01/2027.

====*====

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Em uma crônica político-reflexiva, ***Alcázar*** nos brinda com o diálogo entre M e T sobre a **vitória de Lula** que representa a retomada da esperança política diante da insatisfação com políticas de austeridade, desregulamentação econômica e redução de direitos sociais. Os interlocutores interpretam o resultado eleitoral como parte de um movimento internacional de contestação ao neoliberalismo e de valorização de alternativas mais voltadas à justiça social, também ao fortalecimento do multilateralismo, da cooperação internacional e do papel do Estado na redução das desigualdades. Para ambos, a vitória simboliza a busca por uma sociedade mais humana, solidária e comprometida com o bem-estar coletivo.

A ***equipe editorial*** dos Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde analisa no que as **eleições de 2026 no Brasil e nos EUA** significam para a **saúde global** e para o mundo. O presidente do Brasil foi reeleito com 51,79% dos votos, mas enfrentará um Congresso em que o Partido Liberal tem a maior bancada desde 1988. Nos EUA, os democratas conquistaram a Câmara e o Senado. Nenhuma das eleições reverte a reconfiguração da saúde global iniciada em 2025, mas ambas mudam quem fiscaliza, quem financia e quem defende o multilateralismo.

Para **Garay**, a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência do Brasil, em 25 de outubro de 2026, abre uma oportunidade para reconsiderar se uma renovação política e intelectual voltada a uma maior justiça econômica, equidade em saúde e sustentabilidade ecológica poderia emergir do Sul Global. Este artigo examina as conexões estruturais entre a concentração de riqueza, o acesso desigual aos determinantes da saúde, a ultrapassagem dos limites ecológicos e a concentração do poder financeiro, militar e digital. Com base em evidências internacionais e nas contribuições conceituais do *Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde (Sustainable Health Equity Movement – SHEM*), particularmente em suas abordagens sobre Bem-Estar em Equidade Sustentável (*Wellbeing in Sustainable Equity* – WiSE) e Equidade Sustentável em Saúde (*Sustainable Health Equity* – SHE), o autor argumenta que os indicadores convencionais de crescimento econômico e desenvolvimento nacional são insuficientes e chegam até mesmo a ser contraditórios para avaliar o progresso humano. Um marco de avaliação mais abrangente deve considerar como as sociedades transformam os recursos disponíveis em vidas dignas, saudáveis e ambientalmente sustentáveis, tanto dentro dos países quanto entre eles, e também entre diferentes gerações. O artigo propõe uma agenda política e ética que transcende a divisão convencional entre esquerda e direita, sem desconsiderar os efeitos distributivos das políticas públicas. Também explora a contribuição

potencial do Sul Global para a reforma das instituições internacionais, a promoção de um direito universal de viver em harmonia com a natureza e o desenvolvimento de alternativas cooperativas aos modelos econômicos extrativistas. A vitória de Lula é interpretada não como evidência de que essa transformação já tenha ocorrido, mas como uma possível abertura para uma ação democrática e transnacional mais ampla.

Das eleições do Brasil para a dos EUA. ***Garay*** analisa em longo artigo sobre **as armadilhas do chamado sistema democrático da principal potência política, econômica e militar do mundo: os Estados Unidos sob a perspectiva da Equidade Sustentável em Saúde.** Afirma o autor que a democracia é comumente definida como um sistema de governo baseado na soberania popular, na participação política, em eleições livres e justas, nos direitos fundamentais, no Estado de Direito e na prestação de contas à sociedade. No entanto, esses princípios institucionais não garantem necessariamente igualdade de oportunidades para influenciar as decisões políticas, acesso equitativo às condições necessárias à dignidade humana ou responsabilização pelas consequências do exercício do poder nacional para além das fronteiras territoriais. Este artigo examina os Estados Unidos, a principal potência militar do mundo e um dos seus mais importantes atores políticos, econômicos e financeiros, à luz do referencial da Equidade Sustentável em Saúde. Analisa as contradições entre a igualdade política formal e as desigualdades na capacidade efetiva de influência, decorrentes do financiamento de campanhas eleitorais, da concentração de riqueza, das estruturas partidárias, do acesso às candidaturas, da comunicação política e da participação eleitoral. Em seguida, aborda a relação entre desigualdade econômica, gastos com saúde e saúde da população, recorrendo a comparações com o Japão, a Grécia e o Sri Lanka. Por fim, examina as consequências internacionais do poder dos Estados Unidos, considerando os gastos militares, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, as sanções econômicas, a política comercial, o papel internacional do dólar e as infraestruturas de informação financeira. *O artigo situa-se no contexto posterior às eleições legislativas de meio de mandato dos Estados Unidos, realizadas em novembro de 2026, nas quais os democratas conquistaram o controle das duas casas do Congresso*. Esse resultado demonstra que a competição eleitoral continua sendo capaz de impor responsabilização política. No entanto, a alternância no controle do Poder Legislativo não necessariamente transforma a distribuição estrutural da influência política e econômica. Uma das principais contribuições do artigo é a proposta de uma Democracia de Equidade Sustentável, fundamentada em princípios éticos de igual valor de todos os seres humanos, justiça, bem comum, dignidade mínima, participação equitativa, solidariedade, responsabilização, responsabilidade intergeracional e respeito aos limites planetários. A discussão filosófica recorre à concepção platônica de bem comum, reconhecendo, ao mesmo tempo, as limitações históricas de seu modelo político. A ciência planetária contemporânea acrescenta um imperativo ético: o *Planetary Health Check* de 2026 informa que sete dos nove limites planetários já foram ultrapassados. O artigo argumenta que a democracia não pode ser avaliada adequadamente apenas com base nos procedimentos eleitorais e nos direitos constitucionais. Sua legitimidade substantiva também deve ser avaliada de acordo com a justiça na distribuição do poder, dos recursos, das oportunidades de saúde e das responsabilidades ecológicas, bem como com sua capacidade de proteger a dignidade e a liberdade das gerações presentes e futuras.

Para ***França*** e ***Tobar*****,** as **eleições de meio de mandato** de novembro de 2026 devolveram aos democratas o controle do Congresso dos **Estados Unidos** e evidenciaram mudanças no comportamento do eleitorado latino. Este artigo analisa essa inflexão

considerando as preocupações com a economia, a diversidade política das comunidades latinas e o endurecimento da política migratória no segundo governo de Donald Trump. Distingue-se o eleitor latino do migrante internacional, pois os efeitos das deportações alcançam também famílias e trabalhadores sem direito ao voto. Com base em pesquisas do Pew Research Center, do Migration Policy Institute, da KFF e em dados eleitorais da Associated Press, discutem-se as relações entre cidadania, proteção social, acesso à saúde e vínculos com a América Latina. Argumenta-se que o voto latino ganha importância não apenas pelos resultados eleitorais, mas pela tensão entre a dependência econômica da migração e as políticas que restringem direitos e condições de permanência.

Para ***Jeffrey Sachs***, o resultado das eleições de meio período nos EUA representou uma rejeição contundente à guerra de Trump contra o Irã e aos seus custos exorbitantes para a população norte-americana. Há dois anos, os eleitores rejeitaram as guerras do governo Biden na Ucrânia e em Gaza. Os eleitores israelenses rejeitaram as guerras irresponsáveis de Netanyahu, e os eleitores europeus também estão rejeitando os partidos que prolongam a guerra na Ucrânia. O recado dos eleitores é o mesmo em toda parte: a diplomacia é mais segura, mais eficaz e custa trilhões de dólares a menos do que a guerra.

O informe de ***Gaspar*** e ***De Negri Filho*** analisa o relatório A/HRC/63/39 – *Climate Finance: Vulnerability and Responsibility*, elaborado pelo Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento do **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas**, que examina as relações entre financiamento climático, vulnerabilidade e responsabilidade internacional sob a perspectiva dos direitos humanos e do direito ao desenvolvimento. O documento argumenta que os países e populações mais vulneráveis às mudanças climáticas são, em grande medida, aqueles que menos contribuíram historicamente para a emissão de gases de efeito estufa, mas que enfrentam os maiores custos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da crise climática. O relatório analisa as insuficiências dos mecanismos atuais de financiamento climático, os obstáculos enfrentados pelos países em desenvolvimento para acessar recursos internacionais e a necessidade de fortalecer os princípios da equidade, das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e da justiça climática. Este informe conclui relacionando os principais argumentos do relatório com suas implicações para a governança global, a cooperação internacional, o desenvolvimento sustentável e a saúde global.

Galvão e Magalhães examinam a **COP31** (Antália, Turquia, 9 a 20 de novembro de 2026) que começa com um *Dia da Saúde* e, pela primeira vez, com um tema próprio de saúde na *Agenda de Ação da COP*. Este artigo analisa o que a comunidade da saúde esperava. O *Lancet Countdown 2026* mostra que os danos do clima à saúde estão se acelerando, com um recorde de 710 mil mortes associadas ao calor em 2023. A OMS apresenta Antália como o momento de implementar o *Plano de Ação em Saúde de Belém*, de adesão voluntária. A sociedade civil cobra medidas sobre os combustíveis fósseis e mais financiamento para a adaptação. Essas expectativas enfrentam duas pressões: a provável ultrapassagem de 1,5°C e as críticas crescentes às iniciativas voluntárias sem recursos e às instituições envolvidas. O artigo propõe *seis critérios para avaliar a COP31*, todos voltados a saber se o reconhecimento da saúde se converte em recursos, compromissos vinculantes, medição confiável e redução de emissões.

O artigo de ***Peres*** analisa que o conceito de **estresse térmico**, ou impacto fisiológico causado por alterações extremas de temperatura e umidade, entre outros fatores físicos e climáticos, sobre o organismo humano, vem sendo utilizado, de forma crescente, para descrever

os impactos da mudança do clima — e em particular do calor extremo — sobre a saúde. No que se refere à **saúde do trabalhador**, o estresse térmico inclui a intensidade do esforço físico durante as atividades de trabalho, as características físicas e estruturais dos ambientes de trabalho, a organização das jornadas de trabalho, o acesso à água e a pausas para recuperação fisiológica, a existência de equipamentos de proteção, individuais e coletivos, além das condições socioeconômicas e de saúde, individuais e coletivas, dos trabalhadores. Discussão que ganha ainda mais relevância quando considerada a relação entre exposição a temperaturas extremas, a precarização das relações de trabalho e desigualdade socioeconômica entre os diferentes grupos de trabalhadores e trabalhadoras. Os *seis estudos de caso*, coordenados pela **Organização Internacional do Trabalho (OIT),** aqui apresentados e analisados, evidenciam que as perdas de produtividade e emprego aumentam significativamente em cenários de calor extremo, embora demonstrem que mesmo uma trajetória de baixas emissões não elimina as perdas associadas ao estresse térmico, uma vez que parte dos impactos já está incorporada às condições climáticas atuais. Também reforçam a premissa que a exposição ao calor não pode ser considerada um risco ambiental externo às relações de trabalho. O estresse térmico que afeta a saúde de trabalhadores, globalmente, é produzido e agravado pela maneira como as atividades econômicas são organizadas, pela intensidade das jornadas, pelas condições de infraestrutura, pela ausência de pausas e pela distribuição desigual dos mecanismos de proteção. O desafio, em síntese, não consiste apenas em desenvolver tecnologias de climatização ou recomendar comportamentos individuais de prevenção, mas transformar as condições nas quais o trabalho é realizado, reconhecendo que a proteção da saúde do trabalhador constitui um direito fundamental e uma responsabilidade institucional, compartilhada por empregadores e governos.

O informe, elaborado pelo ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global***, apresenta dois temas relacionados à **saúde e à migração nas Américas**. Primeiro, o informe comenta sobre as recentes denúncias dos impactos da *política migratória estadunidense sobre a saúde de mulheres gestantes* sob custódia do *Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas (ICE).* De acordo com organizações de direitos humanos atuantes no local, foram relatados casos de privação de cuidados médicos, ausência de acompanhamento de pré-natal, alimentação inadequada entre outras formas de violência. Em seguida, será apresentado o resumo do documento *Migración y Salud*, elaborado em 2026 pelo *Conselho Nacional de População do governo mexicano*. A publicação reúne diversos estudos sobre diferentes dimensões da relação entre mobilidade humana e saúde, apontando os principais desafios institucionais e recomendações, especialmente relevantes diante do novo contexto geopolítico e das políticas migratórias estadunidenses.

Com foco na **saúde da mulher, criança e adolescente**, ***Agreli, Massari, Vilella e Gomes*** analisam as *crises sanitárias, humanitárias e ambientais* que expõem fragilidades dos sistemas de saúde e comprometem a continuidade do *cuidado oncológico*, com repercussões específicas para a *saúde das mulheres*. Este artigo discute as implicações da resiliência dos *sistemas de controle do câncer* a partir da articulação de duas produções vinculadas à IARC *Initiative for Resilience in Cancer Control*: um estudo sobre a experiência brasileira durante a pandemia de covid-19 e as inundações de 2024 no Rio Grande do Sul, e uma análise global da sobreposição entre crises humanitárias e carga de câncer em 2022. As evidências apontam que aproximadamente uma em cada 12 pessoas com câncer vivia em contextos de crise, nos quais os cânceres de mama e do colo do útero assumem particular relevância. No Brasil, a pandemia evidenciou interrupções expressivas nos exames de rastreamento e nos procedimentos

diagnósticos e terapêuticos, evidenciando a vulnerabilidade das linhas de cuidado. A análise destaca a importância de integrar o controle do câncer ao planejamento de preparação e resposta a crises, fortalecer a atenção primária, os sistemas de informação, a navegação de pacientes e os mecanismos de financiamento flexível. Conclui-se que a resiliência do controle do câncer exige mais do que a recuperação dos serviços após emergências: pressupõe planejamento para assegurar a continuidade assistencial, financiamento estável e estratégias de recuperação orientadas pela equidade, incorporando explicitamente as necessidades das mulheres às políticas de controle do câncer.

Para ***Nilson, Neves e Oliveira e Silva***, serão os **impostos de saúde**, particularmente para **alimentos não saudáveis**, tributos sobre produtos que causam danos à saúde e que, por isso, precisam pagar pelas externalidades negativas que acarretam. Os autores abordam as recomendações internacionais, experiências de países e a situação atual do tema no Brasil.

Cazumbá informa que, em Manila (Filipinas), o **Banco Interamericano de Desenvolvimento** participou da reunião dos **Bancos Multilaterais de Desenvolvimento** (BMDs). As lideranças das instituições financeiras discutiram sobre como apoiar os países em desenvolvimento e os clientes com financiamento de maior impacto, auxiliando no enfrentamento de desafios. A avaliação dos seus progressos dos últimos meses também foi realizada.

O informe de ***Chamas e Cesário*** analisa *quatro iniciativas de organizações multilaterais* sediadas em Genebra que articulam comércio, propriedade intelectual e sustentabilidade: a agenda da **OMC** para uma *economia oceânica* resiliente, ancorada no Acordo sobre Subsídios à Pesca; o simpósio conjunto OMS–OMPI–OMC sobre *produção local de tecnologias em saúde*; o Fórum Global da **OMPI** sobre *Propriedade Intelectual e Inteligência Artificial*; e a análise da **UNCTAD** sobre *comércio baseado na biodiversidade*, que superou US$3,8 trilhões em 2024. Com base em documentos oficiais, adota uma abordagem descritivo-analítica. África e América Latina e Caribe, com cerca de dois terços da biodiversidade mundial, responderam por apenas 3% e 11% dessas exportações. Tarifas, medidas não tarifárias, padrões de sustentabilidade e financiamento condicionam a capacidade de agregar valor nos países em desenvolvimento. O informe conclui que coerência de políticas, transferência de tecnologia, financiamento acessível e repartição equitativa de benefícios são decisivos para converter a cooperação multilateral em capacidade produtiva duradoura.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa***, nesta quinzena, analisou que as manifestações das organizações da sociedade civil (OSC) revelam uma agenda de saúde global marcada pela sobreposição de emergências sanitárias, crises humanitárias, desigualdades sociais e impactos climáticos, ao mesmo tempo em que se ampliam iniciativas de mobilização comunitária, fortalecimento de serviços, financiamento e inovação. Entre as **organizações de interesse público**, destacam-se, como temas das manifestações, a defesa de direitos, a participação social, a resposta a surtos e conflitos, a proteção de populações vulneráveis e a cobrança por responsabilidade política e institucional. Entre as **OSC de interesse privado**, sobressaem as manifestações relativas à imunização, à prevenção de doenças, ao financiamento de programas, ao fortalecimento dos sistemas de saúde e ao desenvolvimento científico e tecnológico. As manifestações evidenciam que o avanço de tecnologias, como a inteligência artificial e a genômica, vem acompanhado de preocupações com a regulação, a proteção de dados, a diversidade, a capacidade tecnológica local e o acesso

equitativo. Assim, a quinzena articula respostas às crises com debates sobre governança, sustentabilidade e equidade na saúde global.

O informe de ***De Negri*** e ***De Negri Filho***, produzido na antessala da COP 31, reúne quatro campos interconectados. No panorama político-econômico, analisa o paradoxo do **SIPRI** para 2025 — **gastos militares recordes** de US$ 2,9 trilhões ao lado de um corte de 23% na ajuda oficial ao desenvolvimento — e seu custo humano mensurável; a privatização da guerra no Congo por meio da Vectus Global, de Erik Prince; a Convenção-Quadro da ONU sobre **Cooperação Fiscal Internacional** como oportunidade histórica de reverter as inequidades do sistema tributário dominado pela OCDE; e a greve portuária de 30 de outubro, que paralisou 113 portos em 22 países e conectou a luta contra o genocídio à crítica da austeridade em meio ao rearmamento. Em seguida, apresenta o guia da **Third World Network para a COP 31** em Antália, detalhando as disputas sobre financiamento climático, mitigação, adaptação, transição justa, perdas e danos e tecnologia. Na seção de saúde, denuncia a **destruição da assistência médica palestina** e a censura de profissionais sob a tática da "neutralidade médica"; documenta o impacto humanitário do **bloqueio dos EUA a Cuba**; cobre a 2ª Conferência da Farmacêutica Pública em Frankfurt; e discute o artigo da The Lancet sobre a "armadilha do monitoramento" na saúde global, que documenta o dano sem viabilizar a responsabilização.

Ungerer, Kastrup, Monteiro, Moreno e Araujo apresentam o **Sul Global**. O **UNOSSC** focou no avanço da *cooperação triangular* na *10ª Reunião Internacional* em Lisboa e nos preparativos para a *COP31* em Antália. Em Lisboa, o encontro coorganizado com a OCDE e o Instituto Camões reafirmou a cooperação horizontal como chave para o fortalecimento de capacidades institucionais, articulando parcerias com agências como KOICA, JICA e AUCI, entre outros, para transição energética, economia azul em países de língua portuguesa e financiamento sustentável. Já na COP31, o UNOSSC promoveu sessões paralelas para o uso de dados de Observação da Terra, a replicação de inovações climáticas e a transferência tecnológica para países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. O **Brasil** e a **Fiocruz** fortaleceram a diplomacia da saúde e a cooperação regional por meio de iniciativas estratégicas. No plano geopolítico, destacam-se a assinatura da Declaração de Brasília para a eliminação da malária no Escudo das Guianas, a aprovação do Acordo-Quadro de tecnologia espacial com a Venezuela e a liderança do Brasil no impasse do Anexo PABS da OMS. Em fóruns internacionais, o país apresentou sua experiência em aprendizagem profissional na Unesco. Paralelamente, a Fiocruz consolidou sua projeção global e regional ao defender a reforma da governança da saúde na OPAS/OMS e no World Health Summit 2026, firmar o Acordo de Cooperação Técnica com a SES/MS para vigilância genômica transfronteiriça com o Paraguai e a Bolívia, e integrar o projeto internacional SCAPHeR para a formação de pesquisadores em saúde pública. O **G-77 e a China** cobraram contenção de despesas jurídicas no *Plano Mestre de Capital* e rigor na gestão de obras prediais, exigindo a devolução transparente de saldos orçamentários. No 4º Comitê, o Grupo defendeu a inclusão digital, a proteção a jornalistas e o multilinguismo no Departamento de Comunicação Global. Ademais, propôs o adiamento para 2029 da graduação de *Bangladesh e Nepal da categoria de Países Menos Desenvolvidos*, garantiu que a revisão de mandatos da *iniciativa ONU80* seja conduzida por Estados-Membros e condenou categoricamente o *embargo a Cuba*, destacando seus impactos humanos e reconhecendo a valiosa cooperação médica internacional do país. O **MNA,** na AGNU, atuou na *defesa do multilateralismo e do desarmamento*, articulando o redirecionamento de gastos militares para o desenvolvimento e a saúde; cobrou apoio médico, financiamento e melhorias nas *Operações de Manutenção da Paz* e repudiou o *embargo a Cuba* como punição coletiva de forte impacto

sobre a infraestrutura de saúde da ilha. Em paralelo, a **NAMYO** consolidou sua transição institucional com a posse do primeiro presidente eleito por voto direto, e o fortalecimento de parcerias com a África e o Oriente Médio. Diante da *COP31*, a organização lançou a campanha #ClimateByNumbers, defendendo justiça climática, financiamento para soluções de jovens e a integração entre clima, sistemas alimentares e determinantes sociais da saúde. O **Centro Sul** atuou no reforço da governança da saúde pública, a propriedade intelectual orientada ao desenvolvimento e a justa repartição de benefícios. Entre as principais iniciativas, destacam-se a mobilização pela implementação do *Tratado GRATK da OMPI* e as deliberações preparatórias da *9ª reunião do IGWG da OMS*, defendendo compromissos vinculantes no mecanismo PABS e o combate às redes abusivas de patentes. O Centro Sul também apoiou tecnicamente o Suriname na Revisão Periódica Universal e defendeu reformas nos acordos internacionais de investimentos durante o WIF 2026. O Centro Sul lançou seu *Investment Case* (2026–2028) para garantir sustentabilidade financeira frente à retração do financiamento internacional. O anúncio ocorre em momento estratégico, marcando a abertura do processo seletivo para a escolha do seu novo Diretor Executivo, que sucederá o argentino Carlos Correa da atual gestão.

O informe de ***Burger, Kavanami, Estephanio, Cury e Bouqvar*** analisa os resultados da *Reunião de Ministros das Relações Exteriores* do **G20,** realizada em Atlanta sob a presidência dos Estados Unidos. O texto detalha a tentativa norte-americana de reorientar o fórum para temas econômicos e de segurança estrutural, com ênfase em energia nuclear, cadeias de suprimento e rotas marítimas. Paralelamente, o texto expõe a profunda crise de consenso que marcou o evento, evidenciada pelo boicote diplomático ao chanceler russo Sergey Lavrov, pelos embates em torno da Ucrânia e do Oriente Médio, e pelo esgotamento da coesão interna do bloco. O documento conclui avaliando como a paralisia decisória do G20 tem impulsionado a articulação de alianças paralelas, projetando um cenário de alta complexidade e confrontos para a Cúpula de Líderes na Flórida. Entre 26/10 e 8/11, o **G7** preparou a *reunião de chanceleres* em Paris, transferida de Marselha por causa dos protestos na França. A derrota de Trump nas eleições de meio de mandato e o impasse do acordo do diesel com a Rússia mudaram o contexto do encontro. Os destaques da **OCDE** se dividem entre seis atualizações de estudos periódicos de temas variados, tais como *políticas agrícolas, ação climática global, regiões e cidades*, entre outros.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Tobar*** *e* ***Brito*** abordam as manifestações populares e *eleições nos EUA* que direcionaram novas mudanças para a região da *América Latina*. As eleições nos EUA enfraqueceram o atual governo de Donald Trump, os democratas ganharam maioria legislativa e possíveis efeitos da política interna podem transbordar para a política externa. No *Paraguai*, escândalos financeiros, pressão popular e decisão legislativa contribuíram para a prisão do presidente. Em termos econômicos, ainda não está claro o que a vitória democrata pode significar e, em termos sociais, os governos latino-americanos ainda precisam lidar com a estrutura persistente de pobreza na região. No cenário de *saúde*, os números da *dengue e do sarampo* aumentam e continuam preocupando a região. No seguimento das organizações regionais, destacamos que a **Organização dos Estados Americanos (OEA)** avançou em iniciativas de acompanhamento democrático, de segurança regional e de desenvolvimento sustentável. O **Organismo Andino de Saúde** – Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) discutiu temas de saúde sexual e reprodutiva. A **Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana** participou do IX Encontro de Prefeitos e Prefeitas por Municípios Saudáveis da Região das América. A

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) destacou a articulação regional em torno da conservação da biodiversidade e a eleição da nova presidência do PARLAMAZ.

A **XXX Cúpula Ibero-Americana**, realizada em Madri em novembro de 2026, ocorreu em um contexto de fragmentação política regional e de reconfiguração da ordem internacional. Para ***Tobar e Buss***, embora tenha conseguido recuperar parcialmente a capacidade de diálogo do espaço ibero-americano, seus resultados políticos foram limitados devido à ausência de vários chefes de Estado e às divergências entre países membros. Entre os principais avanços destacam-se a criação da Aliança Ibero-Americana de Inteligência Artificial, a Rede Ibero-Americana de Redução de Risco de Desastres e Proteção Civil, a Carta de Mobilidade Acadêmica e a Carta Ibero-Americana de Cuidados e Apoios. O artigo argumenta que a saúde representa uma área estratégica para fortalecer a cooperação regional, promover convergências pragmáticas e reforçar a autonomia da região. Nesse sentido, propõe um Pacto Ibero-Americano pela Resiliência e a Soberania Sanitária, voltado à produção de tecnologias em saúde, preparação para emergências, formação de recursos humanos e fortalecimento da cooperação científica e institucional.

Tobar analisa a primeira viagem do **Papa Leão XIV à América do Sul**, prevista para novembro de 2026, com visitas ao *Uruguai, Argentina e Peru*, destacando suas dimensões pastoral, social, política e geopolítica. A visita busca fortalecer os vínculos da Igreja Católica com as comunidades locais e abordar temas como pobreza, desigualdade, dignidade humana, meio ambiente, povos indígenas, paz e multilateralismo. A *Argentina* simboliza o legado do Papa Francisco; o Peru reflete a trajetória missionária de Leão XIV; e o *Uruguai* representa o diálogo da Igreja em uma sociedade secularizada. O texto examina ainda as implicações geopolíticas da viagem em um contexto de competição entre Estados Unidos e China, ressaltando que o Vaticano procura manter autonomia diplomática e não se alinhar automaticamente a nenhuma potência. Também discute as divergências entre Leão XIV e Donald Trump sobre imigração, guerra e política externa, bem como a continuidade do diálogo do Vaticano com a China. Conclui que a relevância da visita dependerá de sua capacidade de ampliar a autonomia diplomática latino-americana e reforçar o diálogo, sem transformar a região em um espaço de disputa exclusiva entre grandes potências.

O ***GT Fiocruz sobre África*** examina acontecimentos da saúde pública africana, com foco na **preparação para pesquisa clínica,** na **ação multissetorial** e na **resposta ao surto de Ebola por vírus Bundibugyo.** O financiamento adicional da CEPI apoia a rede de ensaios clínicos *hub-and-spoke* do **CDC África**, inicialmente na África Ocidental, para fortalecer a geração de evidências liderada localmente e a ativação rápida de pesquisas durante surtos. As consultas em Kigali avançaram um quadro e um plano de ação continental para doenças não transmissíveis, lesões e saúde mental, com coordenação intersetorial, financiamento sustentável e responsabilização. Na *República Democrática do Congo*, o *surto de Ebola* ultrapassou 10 mil casos confirmados, com transmissão persistente, pressão crescente no Nord-Kivu e lacunas no seguimento de contatos. Divergências nos registros de óbitos limitam a interpretação da letalidade. Casos ligados ao surto no *Quênia* e na *Nigéria* evidenciam desafios de vigilância transfronteiriça e diagnóstico. O compromisso africano de manter fronteiras abertas contrasta com restrições dos Estados Unidos, expondo tensões na diplomacia da saúde. O ensaio TUMAINI e a recomendação de incluir duas candidatas vacinais específicas oferecem perspectivas de geração de evidências, enquanto a contenção imediata depende de cuidados precoces, isolamento, rastreamento de contatos, enterros seguros e confiança comunitária.

Freire aborda as recentes derrotas de forças de extrema-direita e as mudanças no cenário político internacional como possiblidades de abrir espaço para novos arranjos diplomáticos e comerciais, com possíveis reflexos nas relações entre Estados Unidos, Europa e América Latina. Entretanto, pondera que a **Europa** enfrenta desafios significativos, especialmente diante das negociações sobre a guerra na Ucrânia, que podem comprometer sua arquitetura de segurança caso sejam conduzidas sem sua participação efetiva. Paralelamente, a intensificação dos ataques cibernéticos contra infraestruturas essenciais evidencia novas vulnerabilidades à segurança europeia, enquanto a multiplicação de manifestações e greves revela crescente insatisfação social diante das dificuldades econômicas, energéticas e políticas. Esse conjunto de fatores, associado às pressões inflacionárias e aos riscos fiscais, evidencia um cenário de múltiplas crises interdependentes, que coloca à prova a capacidade de articulação dos países do bloco e sua autonomia estratégica no sistema internacional.

Tavares Soares trouxe o tema do último Seminário Avançado de Saúde Global e Diplomacia da Saúde, adaptado à **região EMRO**, discutindo *os impactos sobre os profissionais/ trabalhadores de saúde nos países em conflitos*. Foram analisadas as diferentes consequências sobre saúde e a vida desses profissionais/trabalhadores — com destaque para a *saúde mental* — na região como um todo, bem como nos países em situação de conflito armado. De acordo com a **OMS/EMRO** foram quantificados os ataques à assistência de saúde, número de mortos e de pessoas afetadas. De acordo com esses dados 90% dos ataques na região ocorreram no território da Palestina ocupada – à qual foi dada destaque neste informe, já que Gaza é considerado um caso emblemático. Na região, entre janeiro e outubro de 2026, o painel da *WHO SSA Dashboard* registrou 1.389 ataques, resultando em 944 mortes e 1.666 feridos distribuídos em 20 países e territórios. Os conflitos analisados tiveram um impacto devastador e desproporcional sobre os profissionais de saúde. Existe, ainda, grande incidência de populações deslocadas (a região concentra grande parte dos deslocados internos globais) que perdem o acesso a cuidados. O direito internacional humanitário (proteção a profissionais, pacientes, instalações e transportes médicos) é sistematicamente violado. Os conflitos prolongados e intensos na região (especialmente Gaza, Síria, Iêmen, Sudão e Líbano) geram um ônus psicológico extremo e cumulativo sobre médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde. Eles enfrentam simultaneamente o papel de cuidadores e de vítimas, com exposição contínua a violência, perdas pessoais, sobrecarga de trabalho e colapso estrutural dos sistemas de saúde. O resultado é uma crise de saúde mental profunda, frequentemente subnotificada e pouco tratada. O impacto psicológico não é apenas um efeito colateral: é uma dimensão central da crise humanitária na região EMRO/MENA. Sem proteção efetiva e suporte mental estruturado, a capacidade dos sistemas de saúde de se recuperar fica severamente comprometida, perpetuando um ciclo de sofrimento tanto para os profissionais quanto para as comunidades que dependem deles. Também foram analisadas as diferentes estratégias – individuais e coletivas — de resistência dos profissionais de saúde em contextos de conflito. As estratégias individuais e de pares permitem a continuidade do trabalho no curto prazo, mas só se tornam sustentáveis quando combinadas com proteção física, descanso, apoio em saúde mental e condições laborais mínimas. A OMS e parceiros insistem em que cuidar de quem cuida não é um luxo — é condição essencial para a manutenção dos serviços de saúde em contextos de conflito. Sem isso, o colapso da força de trabalho torna-se inevitável e as consequências para a população são graves e prolongadas. Finalmente, nas considerações finais foi apresentado um adendo conceitual no contexto cultural e histórico da Palestina, explorando o conceito e a prática do *"Sumud"* nas suas diversas dimensões. Seu caráter político consiste em uma forma de resistência não-violenta que afirma a presença e a dignidade. Não é passividade: é a recusa em desaparecer.

Para os trabalhadores de saúde em Gaza e na Cisjordânia, o *sumud* manifesta-se na decisão de continuar a prestar cuidados sob bombardeio, com recursos mínimos, após perder familiares e colegas, e sob risco constante de morte. É a combinação de dever profissional, compromisso ético e determinação política/cultural de não abandonar os pacientes e a comunidade.

Lobato, Filgueiras e Aguilar-Zamudio reúnem trinta temas sobre **China** e **Ásia Oriental** entre o fim de outubro e o início de novembro de 2026. O *eixo diplomático* cobre a Quinta Plenária do 20º Comitê Central, encontros de Xi Jinping com líderes da Suíça e da Alemanha, visitas envolvendo Omã e Áustria, tensões intercoreanas, relações Brasil-China após a reeleição de Lula, Cúpula da ASEAN, APEC em Shenzhen, governança de IA, tensões China-Filipinas e restrições dos EUA a laboratórios chineses. O *eixo sanitário* aborda atenção primária, e China 2035, cooperação China-África, IA em saúde Coreia-ASEAN, dengue nas Filipinas, mpox no Paquistão, melioidose na Tailândia e infraestrutura digital para saúde. O *eixo socioeconômico* examina semicondutores, crescimento impulsionado por IA, lucros industriais, PMI, Coreia do Sul, Japão, terras raras, comércio Brasil-ASEAN, economia digital da APEC, satélites Fengyun e os 90 anos da Longa Marcha.

Estante



A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.

Seminário Avançado da Fiocruz de 18 de novembro comemora os 40 anos da Carta de Ottawa e debate o futuro da promoção da saúde no Brasil e no mundo



Um documento icônico e transformador da saúde pública global, a *Carta de Ottawa sobre Promoção da Saude*, comemora 40 anos do seu lançamento, em 21 de novembro de 1986, em Ottawa, Canadá. Comemorando a data, o Seminários Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saude realizam seu 20. seminário do ano, em 18 de novembro, contando com a participação da alemã *Ilona Kickbusch*, uma das formuladoras da Carta e grande nome mundial da promoção da saúde; da presidente da União Internacional de Promoção e Educação em Saúde (IUHPE), a canadense-quebequense *Louise Potvin*; com *Marco Akerman*, um dos grandes da promoção da saúde no Brasil; e com a responsável atual pela política da promoção da saúde no Ministério da saúde, *Ângela Leal.* A introdução e coordenação é de *Paulo Buss,* autor do artigo sobre promoção da saúde em língua portuguesa mais citado na literatura.

Academia Nacional de Medicina (ANM) realiza Seminário sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde em 19 de novembro, a partir de 16 horas



Com a participação de um conjunto de painelistas do mundo acadêmico e da política internacional, a ANM realiza em sua sede, na Av. General Justo, a sessão sobre '*Saúde Global e Diplomacia da Saúde: Desafios contemporâneos',* presencial e online. O evento contará com as participações do professor Sir Michael Marmot; do diretor da OPS, Jarbas Barbosa; da professora Deisy Ventura (USP); da pesquisadora Beatriz Grinsztejn (INI/Fiocruz); do professor Alexandre Kalache; e dos acadêmicos José Gomes Temporão, Maurício Magalhães e Paulo Buss, que coordenará o evento. Uma ampla revisão de questões da saúde global está prevista: determinantes sociais da saúde; sistemas de saúde; situação de saúde nas Américas; envelhecimento da população global; AIDS; pandemias; e cooperação internacional. Inscrições e acesso online: https://www.anm.org.br/site/sessao-cientifica/sessao-desafios-contemporaneos/

Instituto Evando Chagas (IEC) comemora 90 anos de existência



O Instituto Evandro Chagas (IEC) celebrou, a 10/11/2026, nove décadas de dedicação à ciência e à saúde pública brasileira. Fundada em 1936, a instituição construiu uma trajetória marcada pela pesquisa científica, pela formação de profissionais e por contribuições relevantes para a vigilância em saúde, especialmente na Amazônia. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, destacou a relevância do IEC para a ciência brasileira e reconheceu o compromisso de quem construiu essa trajetória. O secretário de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde (SVSA), Fabiano Pimenta, representou o MS na cerimônia de aniversário. Vinculado à SVSA, o IEC atua desde 1936 nas áreas de pesquisa científica, ensino e apoio à

vigilância em saúde. Com foco na Amazônia brasileira, desenvolve conhecimentos e inovações tecnológicas que contribuem para a formulação de políticas públicas. A instituição tem atuação estratégica no enfrentamento de emergências em saúde pública e no fortalecimento do SUS. Suas pesquisas abrangem diferentes populações amazônicas, incluindo indígenas, ribeirinhos, quilombolas e grupos socialmente vulnerabilizados. Os estudos contemplam os impactos das mudanças ambientais e climáticas e as relações entre saúde humana, animal e ambiental, na perspectiva de Uma Só Saúde. (Nota elaborada a partir de matéria de *João Moraes, Ministério da Saúde).*

Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2027 abre inscrições de 16/11/2026 a 15/01/2027



O *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz*, órgão da Vice-presidência de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz, abre inscrições em *16 de novembro* para os interessados em participar da quarta edição do *Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde.* É oferecido para profissionais e estudantes de saúde pública e das carreiras da saúde, diplomatas e estudantes de relações internacionais e à sociedade civil, com vagas limitadas. Inicia em 27/02/2027 e se estende até dezembro.

É constituído de 23 *Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde* (quinzenais online) e leituras selecionadas contidas nos 23 fascículos dos *Cadernos de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, também quinzenais. Aborda temas como multilateralismo; desenvolvimento sustentável; direitos humanos; problemas globais (políticos, sociais, econômicos, ambientais); negociações internacionais; saúde e tríplice crise ambiental planetária; migração e saúde; saúde da mulher, criança e adolescente; saúde nas crises humanitárias; fome, segurança alimentar e nutricional; cooperação Sul-Sul; saúde nas organizações internacionais e regionais; entre outros. O curso é gratuito e online. Em 1º. de novembro serão divulgadas por estes Cadernos e outras mídias da Fiocruz mais detalhes sobre o Curso.

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde há 6 anos servindo a comunidade global

Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os *Cadernos* se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 150 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde.



Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

Produtos do *Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* (*Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz)*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a saúde, ao desenvolvimento sustentável, à paz e à solidariedade internacional. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 13 de novembro de 2026

Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar

Editor e editores-associados

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Fundação Oswaldo Cruz

OBSERVATÓRIO FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Vice-presidência de Saúde Global e Relações Internacionais

Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

(desde 2020)

Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPAS na Fiocruz

(desde 2014)